



Sindilegis

Ofício nº 352/PRES/2024

Brasília, 10 de dezembro de 2024.

Ao Senhor

MARCIO ALBUQUERQUE

Secretário-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União

Assunto: Instalação da Mesa de Negociação com o Tribunal de Contas da União (TCU) para discutir as carreiras dos servidores da Casa.

Senhor Secretário-Geral,

O Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis) vem, respeitosamente, solicitar que esta Secretaria-Geral institua uma mesa de negociação entre o TCU e o Sindilegis voltada à discussão de medidas que fortaleçam as carreiras dos servidores dessa Casa. Essa medida visa assegurar que as condições de trabalho e remuneração permaneçam alinhadas às demandas da administração pública contemporânea e atrativas para a captação e retenção de talentos.

Reconhecemos e enalteçemos o empenho da Presidência e da Administração do Tribunal de Contas da União nesse sentido, por meio de ações como a aprovação do Adicional de Especialização e Qualificação (AEQ), o reajuste do reembolso mensal referente à saúde, a recomposição salarial advinda da última negociação, os reajustes nos auxílios alimentação e pré-escolar, a realização de concurso público e a nomeação de centenas de novos servidores. Essas iniciativas têm sido fundamentais para manter a excelência do trabalho legislativo produzido por esta Casa. Contudo, o cenário atual exige atenção especial.

Nos últimos anos, as recomposições salariais concedidas aos servidores do Tribunal de Contas da União contemplaram, respectivamente, os períodos pré e pós-2016, conforme os seguintes marcos legislativos: Lei nº



13.320, de 27/07/2016¹, que estabeleceu um reajuste de 21,30% escalonado entre janeiro de 2016 e janeiro de 2019; e a Lei nº 14.527, de 09/01/2023², que definiu um reajuste de 19,25% a ser escalonado de fevereiro de 2023 a fevereiro de 2025. Esses ajustes, embora importantes, não foram suficientes para compensar a inflação acumulada no mesmo período.

Considerando que a inflação acumulada entre janeiro de 2016 e novembro de 2024 foi de 57,21%³, conforme dados do IPCA/IBGE, e para o ano de 2025 a projeção, segundo Relatório Focus disponibilizado em 6 de dezembro, é de 4,59%⁴, estima-se um acúmulo inflacionário do referido somatório 64,44%. Tendo em vista o reajuste de 19,25% aplicado entre 2023/2024/2025, a perda real no poder de compra dos servidores será de aproximadamente 38%. Esse cenário evidencia a urgência de medidas adicionais para recompor essa defasagem e garantir que as carreiras do Tribunal de Contas da União permaneçam competitivas em relação a outras da administração pública federal.

É relevante destacar que, no âmbito do Poder Executivo, têm-se observado negociações produtivas por meio da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP)⁵. Essas discussões resultaram em conquistas importantes para os servidores, como o reajuste salarial de 9% concedido a todas as carreiras em 2023⁶, o aumento de 118% no auxílio-alimentação, o reajuste de

¹ Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13320.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.320%2C%20DE%20Tribunal%20de%20Contas%20da%20Uni%C3%A3o.

² Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14527.htm.

³ Disponível em <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>

⁴ Disponível em <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>

⁵ Ministério da Gestão fechou acordo com mais de 98% dos servidores públicos federais. Disponível em <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/noticias/2024/setembro/ministerio-da-gestao-fechou-acordo-com-mais-de-98-dos-servidores-publicos-federais>.

⁶ Medida provisória reajusta em 9% salários dos servidores civis do Poder Executivo. Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/957381-medida-provisoria-reajusta-em-9-salarios-dos-servidores-civis-do-poder-executivo/>

51% no auxílio-creche e, em alguns casos, o aumento de até 100% no auxílio-saúde⁷.

Somando-se o reajuste geral de 9% concedido em 2023 aos acordos específicos firmados, os percentuais totais de reajuste acumulado para cada carreira tornam-se ainda mais expressivos. No Banco Central, o total alcançará 34,06%⁸; na Polícia Federal, os delegados e peritos chegarão a um reajuste acumulado de 38,95%⁹ e, no Tesouro Nacional e na Controladoria-Geral da União (CGU), os auditores e técnicos alcançarão 34,07% e 35,16%, respectivamente, entre 2023 e 2026¹⁰.

Com o intuito de contribuir de forma propositiva, o Sindilegis constituiu Grupos de Trabalho (GTs) dedicados à formulação de propostas para a valorização das carreiras dos servidores do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União (TCU). Esses GTs contam com a participação de representantes eleitos pelos servidores filiados, membros da Diretoria do Sindilegis e lideranças de outras entidades representativas, promovendo uma ampla diversidade de perspectivas e experiências. Os debates realizados nesses fóruns resultaram em propostas concretas que consideramos essenciais para fortalecer as carreiras legislativas.

Diante desse cenário, solicitamos que o Tribunal de Contas da União institua uma mesa de negociação com o Sindilegis, com o objetivo de discutir e implementar medidas que promovam a recomposição salarial e o

⁷ Servidores recebem a partir de junho reajuste retroativo do auxílio-alimentação. Disponível em <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202404/servidores-receberao-reajuste-do-auxilio-alimentacao-no-pagamento-de-junho>

⁸ Servidores do Banco Central aceitam reajuste salarial em 10,9%. Disponível em <https://www.correiobrasiliense.com.br/economia/2024/04/6845114-servidores-do-banco-central-aceitam-reajuste-salarial-em-109.html>

⁹ Delegados da PF vão ganhar R\$ 41.350; leia a lista de aumentos. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/seguranca-publica/delegados-da-pf-vaog-41-350-leia-a-lista-de-aumentos/>.

¹⁰ Tesouro e CGU aceitam proposta de reajuste do governo. Disponível em <https://www.jota.info/executivo/tesouro-e-cgu-aceitam-proposta-de-reajuste-do-governo>

fortalecimento das carreiras da Casa. Estamos confiantes de que esse diálogo será uma oportunidade de alinhamento e construção conjunta em benefício da instituição e de seus servidores.

Reiteramos nossa disposição em contribuir de forma construtiva com a administração do Tribunal de Contas da União e fortalecer o diálogo entre as partes.

Atenciosamente,



ALISON APARECIDO MARTINS DE SOUZA
Presidente do Sindilegis